
REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA DE DEFESA
NACIONAL E PODER MILITAR

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL E PODER MILITAR

Uma política de Defesa Nacional deverá procurar assentar num conceito de segurança total, o que implica a integração e a harmonização dos esforços a desenvolver nos campos económico, diplomático, social, político, psicológico e militar. Sendo assim o Poder Militar deverá ser criado e empregado tendo em vista a contribuição, na sua esfera de acção, para a consecução dos objectivos fixados pela política de Defesa Nacional. Isto significa que a política de Defesa Militar deverá nortear-se por uma lógica política, o que equivale a dizer que, em teoria, enquanto não se encontrar devidamente definida uma política de Defesa Nacional, não poderá realmente saber-se com toda a segurança que Poder Militar é necessário e possível criar.

É claro, que, numa situação como a nossa, há imperativos de ordem económica e de eficiência operacional que não se compadecem com demoras. Mas porque também constitui imperativo ter-se na devida consideração as realidades nacionais nos passos que for imprescindível irem-se dando, julga-se útil levantarem-se desde já algumas questões que se reputam de fundamentais.

As ameaças

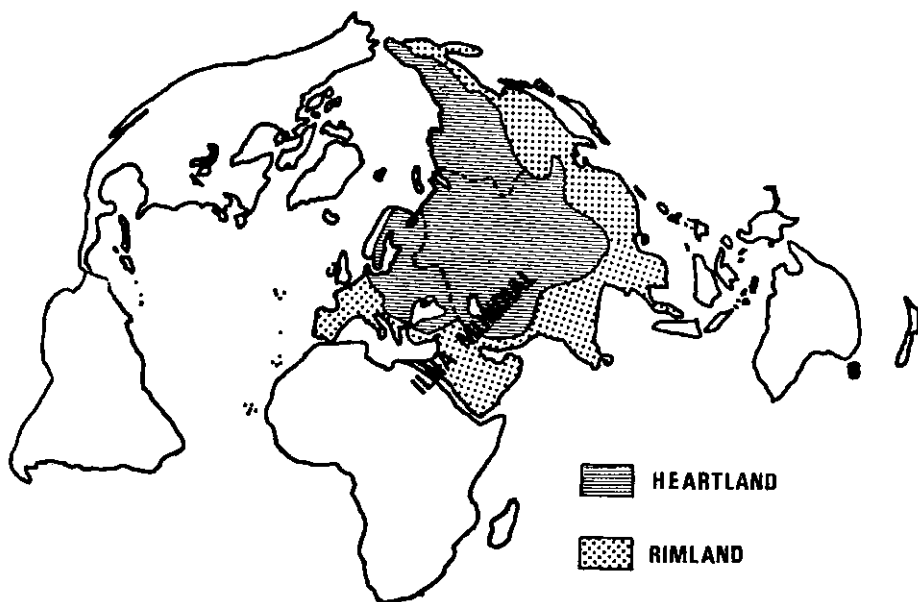
Numa época como a presente, em que se torna cada vez mais difícil e delicado definir quem são os inimigos, um processo seguro de se estimarem as ameaças a ter em consideração por um país que pretenda formular a sua Política de Defesa Nacional, consiste em manter uma relação actualizada dos seus pontos fracos, ou vulnerabilidades, e estimar que conflitos podem levar países ou grupos de países, ou ainda outros agentes, externos ou internos, a ser tentados a explorar as referidas vulnerabilidades em proveito de interesses não exclusivas ou genuinamente nacionais.

Simultaneamente, deverá ter-se presente que tal exploração é tanto mais tentadora, e portanto mais provável, quanto mais importante ela se tornar para a defesa dos interesses vitais daqueles países ou agentes. Por isso é que há determinadas regiões do Globo, onde, devido à sua importância estratégica, têm incidido com maior frequência e intensidade as disputas de influência entre as maiores potências, pelo

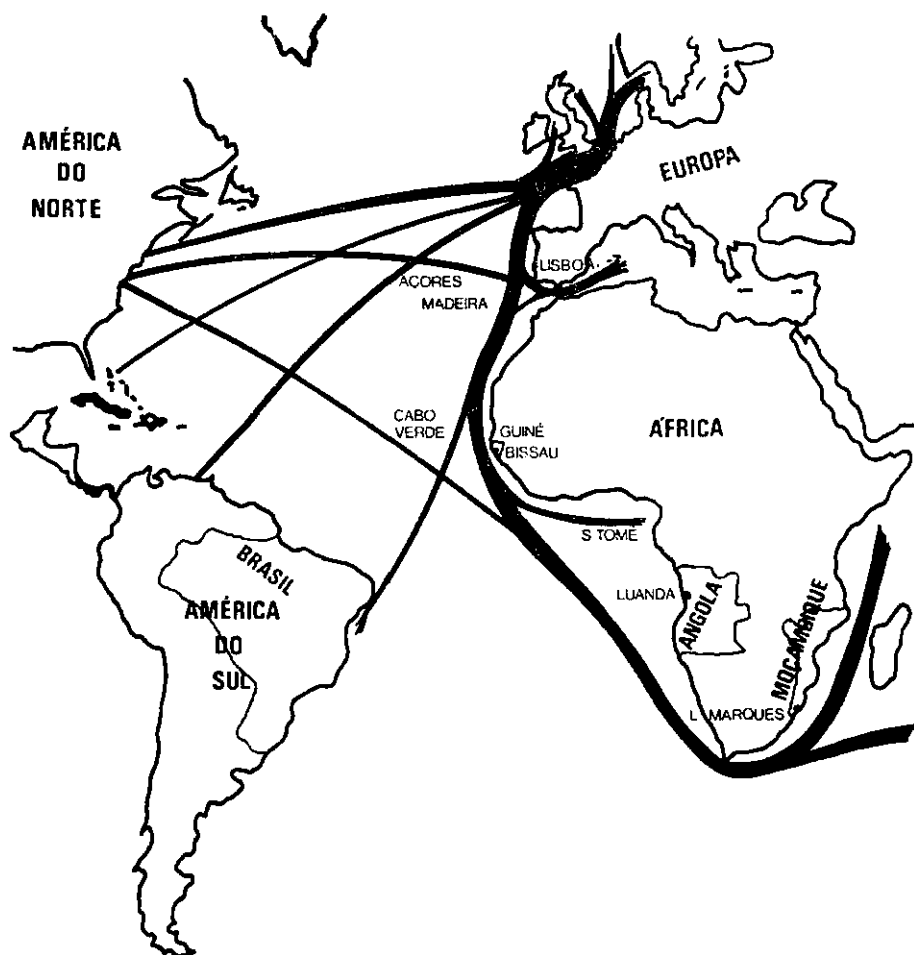
que se caracterizam basicamente por crónica instabilidade política, socioeconómica e ideológica, e ainda por acentuada dependência externa. São as chamadas regiões-charneiras, ou de conflito potencial.

O território português ocupa uma posição geográfica de reconhecida importância estratégica quanto aos principais conflitos que actualmente mais influenciam a situação internacional, e a sua evolução. Desses conflitos o mais importante é o conhecido por Leste-Oeste, através do qual as duas maiores potências, defendendo concepções de vida que parecem irreconciliáveis, disputam a hegemonia mundial. Ou porque as duas superpotências receiam efectivamente as consequências catastróficas de um confronto militar directo na Europa, ou porque jugam ser possível atingir os seus objectivos defrontando-se noutras paragens «por procuração», sem ultrapassar o nível dos conflitos militares convencionais limitados, o que é certo é que ambas enveredaram até ao presente pela chamada Estratégia Indirecta, em que predomina o recurso a coacções de carácter político, diplomático, psicológico e económico, apoiadas num Poder Militar grandioso. Não surpreende portanto, que tenham surgido crises nas mencionadas regiões de conflito potencial, de que são exemplo as guerras israelo-árabes, o drama do Líbano, a luta pelo controle do Mar Vermelho, as guerras de libertação na África Austral, a crise no chamado «Chifre de África». Curiosamente, todos os conflitos citados se encontram localizados na periferia das «Rotas do Petróleo», pondo em evidência e em cheque a maior vulnerabilidade do Mundo Ocidental, particularmente dos países industrializados da Europa, a qual consiste na pesada dependência do exterior em hidrocarbonetos e em matérias-primas e das vias marítimas para o seu transporte. Simultaneamente, as faúllas do conflito principal atearam um outro conflito, conhecido por Norte-Sul, através do qual os países produtores de hidrocarbonetos e de matérias-primas do Terceiro Mundo, tendo tomado consciência do peso político das suas riquezas naturais, lutam pelo acesso ao seu controle e ao dos seus próprios destinos, e por uma nova ordem económica mundial que proporcione o desenvolvimento dos países daquela vasta área. Este conflito, incidindo nas citadas vulnerabilidades dos países industrializados, originou entretanto uma crise económica profunda na Europa Ocidental, mormente nos países de mais débeis estruturas. Como se sabe, esta crise está provocando insegurança e agitação socio-política susceptível de favorecer o acesso ao poder das chamadas maiorias de esquerda nos países europeus da bacia mediterrânica, o que, a verificar-se, poderá criar na CEE e na NATO problemas de divergência de objectivos e de confiança, com reflexos negativos quanto ao projecto de integração europeia e à eficácia da NATO.

Aqui convém fazer um pequeno parêntesis para citar o conhecido teórico do Poder Terrestre, Mackinder, que sustentava que, se



uma potência — que, segundo ele, poderia ser a Alemanha, a Rússia ou a China — adquirisse suficiente Poder Terrestre para dominar o «Coração da Terra», ou «Heartland» (Continente Euro-Asiático desde a Alemanha à Sibéria Central, inclusivé), poderia vir a dominar a Ilha Mundial (Continente Euro-Asiático mais a África) e o Mundo, desde que, ela própria, evoluísse para potência marítima. Posteriormente, Mackinder admitiu que, se as potências marítimas tradicionais conseguissem pôr em prática uma estratégia de contenção periférica baseada no Poder Naval (coincidência neste ponto com as teses de Mahan, teórico do Poder Naval), para o que seria indispensável transformar o Oceano Atlântico, de solução de continuidade, em elo de ligação íntima, aquele Poder poderia ser contido. As teses de Mackinder (1861-1947) parecem confirmadas pelas estratégias postas em prática pelos EUA e pela URSS, de que se destaca a evolução desta para potência marítima de primeira grandeza após consolidação do seu Poder Terrestre ímpar e a sua intervenção em África. Quanto aos esforços para a contenção da Potência Continental, registre-se a assinatura do Tratado Atlântico Norte (uma aliança marítima, liderada pelos EUA) e as lutas de influência que se verificam na periferia do «Heartland», designadamente na Península Ibérica, Europa Mediterrânica, Médio Oriente e região asiática ribeirinha do Índico (área decisiva do conflito entre os EUA e a URSS, segundo Spykman, que a chamou de «Rimland»).



LINHAS DE NAVEGAÇÃO NO ATLÂNTICO

(ESPESSURA DO TRAÇO PROPORCIONAL A DENSIDADE DE TRÁFEGO)

Acontece que o território português, para além da posição geográfica que ocupa, a partir da qual se pode atacar ou defender as rotas marítimas vitais da Europa Ocidental (ao largo da nossa costa transitam diariamente mais de 400 navios mercantes de várias nacionalidades, a maioria dos quais petroleiros), comporta as ilhas atlânticas, as quais, conforme ficou evidenciado na 2.ª Guerra Mundial e nas últimas guerras israelo-árabes, constituem um muito conveniente trampolim para o apoio dos EUA aos Teatros de Operações da Europa e do Médio Oriente. E, o que é talvez ainda mais importante, as ilhas dos Açores e da Madeira situam-se numa linha de contenção periférica eventual da «Ilha Mundial», facto este que, na hipótese de a Europa Ocidental vir a ser ocupada militarmente pela URSS, ou de vir a assumir uma posição neutralista por coacção política daquela superpotência, poderia ditar a sua separação de Portugal Continental, por retenção estratégica na esfera de influência norte-americana. Esta hipótese, aliás, nada tem de novo, pois poderia muito provavelmente ter-se concretizado no caso de Hitler ter tomado a decisão de ocupar a Península Ibérica durante a 2.ª Guerra Mundial. Relembre-se ainda que a ameaça de separatismo das Ilhas se acentuou singularmente durante o período da revolução portuguesa em que o conflito ideológico interno atingiu o seu ponto mais crítico, emprestando alguma verosimilhança à hipótese de se instalar no Continente um estilo de vida que, segundo os resultados das eleições, não era desejado pela grande maioria da população, entre esta a quase totalidade dos açorianos e dos madeirenses. Repare-se que, em qualquer das hipóteses referidas, as acções de que poderia ter resultado a ruptura da integridade territorial do país ter-se-iam verificado no Continente, e não nas Ilhas.

A corresponderem à realidade algumas referências que têm surgido na imprensa estrangeira quanto a ligações de certos meios árabes com correntes separatistas das Canárias e das nossas Ilhas, a razão de ser do fenómeno poderia encontrar-se nas preocupações com a sua condição de trampolim potencial para o Médio Oriente.

Depreende-se assim existirem motivos aliciantes para que outros países tenham a exploração em seu proveito da nossa vulnerabilidade constituída pela descontinuidade territorial. Mas existem outras vulnerabilidades no nosso país, como sejam fragilidade económica e pesada dependência do exterior em combustíveis, alimentos, matérias-primas, tecnologia, equipamento militar, etc. Para não falar das graves divisões que se verificam na sociedade portuguesa (entre o Norte e parte do Sul do Continente, e entre este as Ilhas) para a superação da qual urge criar um saudável clima que constitua como que uma sólida frente moral e psicológica que defenda a credibilidade do sistema democrático e o respeito pelos valores tradicionais das nossas culturas, religião e História, e que reforce os laços entre as populações

das Ilhas e do Continente. A existência de tal clima, que tem muito a ver com a minimização da crise latente de identidade nacional, é imprescindível para se fundamentar uma Política de Defesa Nacional autêntica.

A conclusão que interessa reter é, pois, a de que Portugal reúne todas as condições para também constituir uma região de conflito potencial.

O poder militar possível e conveniente para o País

O objectivo da nossa Política de Defesa Nacional, ou de Segurança, deverá ser o de preservar a paz e a integridade do Território Nacional, salvaguardar a liberdade do povo e assegurar a maior liberdade de acção possível para o Governo.

Limitações de carácter económico, industrial, tecnológico e humano tornam evidente que, num Cenário de Guerra Generalizada, aquele Objectivo só pode ser conseguido no âmbito da Aliança Atlântica. No entanto, porque as duas superpotências temem as consequências nucleares de uma confrontação directa entre si, e porque lhes é possível irem atingindo os seus fins por meios indirectos, o mais provável é que continuem a recorrer à confrontação indirecta, cuja expressão militar máxima será o conflito limitado na geografia, nos meios, no tempo e nos objectivos, com recurso a interpostas nações. É neste Cenário, de Confrontação Indirecta, que devemos portanto projectar prioritariamente a nossa Política de Defesa Militar e o Poder Militar para a servir.

Num Cenário de Confrontação Indirecta, parecem possíveis actuações dos dois Blocos em confronto nas regiões-charneira nos campos económico, psicológico, político e diplomático, as quais podem eventualmente degenerar em conflitos militares convencionais limitados. O avolumar das crises assim fomentadas processa-se classicamente através de caos económico, de consequente agitação social, de desobediência civil, de guerra civil e, finalmente, de intervenção militar estrangeira, normalmente «por procuração».

O motor de arranque do processo é, pois, uma crise económica (os ingleses costumam dizer ser muito difícil viver-se em democracia com uma inflação superior a 20 por cento) o que chama a atenção para a importância de uma economia sã para a segurança total. Neste campo, o Poder Militar — principalmente as suas componentes terrestre e aérea — tem um papel importante a desempenhar, embora de carácter não activo, que consiste em contribuir para existência de um clima de confiança e de tranquilidade que favoreça o investimento e o trabalho profícuo. É assim importante que o Poder Militar do

nosso país apresente uma capacidade mínima de dissuasão e de intervenção que contribua para a Defesa da legitimidade democrática no plano interno. Quanto a ameaças externas, o Poder Militar deverá ter capacidade para minimizar as possibilidades de exercício de coacção militar ou de concretização de factos consumados por meio de acções fulminantes explorando a chamada «impotência do equilíbrio», a qual tem tendência a inibir as superpotências de interferir com prontidão. Por outras palavras, o mínimo que o Interesse Nacional consente é uma Política de Defesa Militar que garanta dissuasão e que, no caso de esta não funcionar, dê possibilidades de resistir pelo menos durante o tempo que levam a reagir os mecanismos internacionais (diplomáticos, ou de opinião pública), ou as Alianças. Esta política parece afinal a mais compatível com o interesse Nacional e com as limitações de natureza económica e industrial, as quais imõem a adopção de uma estratégia a que chamaremos de suficiência.

Para aqueles que porventura ainda duvidem da necessidade de umas Forças Armadas (particularmente de um Exército) com uma determinada dimensão, chama-se a atenção para o presente drama do Líbano, em que uma excessiva debilidade militar, tanto no plano material, como no da coesão do meio humano, tornou primeiramente inviável o contróle da situação interna, e forneceu depois argumentos e campo livre para a intervenção de Forças Armadas estrangeiras no seu território.

A coesão entre as populações do Continente e das Ilhas constitui um factor de força para a liberdade de acção política, e a sua falta uma vulnerabilidade explorável por terceiros. Isto, devido à importância estratégica do Território Nacional. Mas o problema é muito mais do âmbito das opções políticas do povo português e das estratégias económica, social, política e psicológica do Governo.

No dealbar de uma civilização predominantemente marítima?

Sendo o factor económico fundamental em matéria de segurança, e portanto para a própria independência nacional, importa realçar o valor actual e potencial do mar para o nosso país. Na realidade, Portugal é um grande arquipélago, composto pelo Continente e pelas Ilhas, cujos elos de ligação são constituídos pelos espaços marítimos e aéreo, dependendo da atenção que merecer a sua utilização e a sua defesa o tornarem-se em factores de coesão, ou de desunião. O mar constitui o meio mais económico e eficiente para o transporte de mercadorias, verificando-se no caso português que, para além de inevitabilidade da sua utilização entre as Ilhas, e entre estas e o Continente, as mercadorias importadas, incluindo os combustíveis, são transpor-

tados por via marítima numa percentagem superior a 90 por cento. Mas o mar constitui ainda uma fonte de recursos energéticos (prevê-se para 1980 que 30 por cento da produção mundial de hidrocarbonetos provenha do mar e, para o fim do século, 50 por cento) e de recursos alimentares, e revelou-se ultimamente como um grande reservatório de minerais. De facto, além da extracção de urânio, que já se efectua por dragagem nas plataformas continentais da Namíbia e da Austrália, foi possível detectar a formação de importantes nódulos polimetálicos a grandes profundidades, constituídos por níquel, cobre e manganês, e ainda por outros metais de valor estratégico, sendo de salientar algumas referências na imprensa estrangeira à detecção de algumas daquelas formações no mar dos Açores. Ainda quanto ao valor económico do mar, importa salientar as potencialidades da aquicultura (criação racional de peixes, crustáceos, moluscos e algas), que parece apresentar boas perspectivas na nossa costa do Continente, e que corresponde a uma evolução na atitude do homem em relação ao mar, semelhante à evolução de caçador para agricultor e pastor, verificada há séculos, em relação à terra. Os recursos económicos do mar (lembra-se que este cobre cerca de 71 por cento da superfície do Globo), numa era em que eles começam a escassear em terra (o Clube de Roma anunciou recentemente que os recursos terrestres são limitados), constitui já hoje uma esperança para a própria sobrevivência do género humano. Mas, se constitui uma perspectiva de melhor futuro, principalmente para os países ribeirinhos como o nosso, também pode revelar-se como uma fonte de conflitos, de que são sintomas a «guerra do bacalhau» entre a Islândia e a Inglaterra, a disputa entre a Grécia e a Turquia pelo acesso aos recursos energéticos do Mar Egeu (note-se que os quatro países mencionados são todos aliados na NATO). Os constantes alargamentos das áreas jurisdicionais económicas para 200 milhas, e as dificuldades de acordo verificadas em várias Conferências do Direito do Mar, realizadas sobre a égide da ONU, constituem outros exemplos do interesse crescente pelo mar. Segundo alguns futurólogos, a corrida incontrolada que está a verificar-se aos recursos económicos do mar, e que lhes faz lembrar a competição das potências coloniais pelas riquezas existentes nos países do Terceiro Mundo, pode vir a degenerar numa grave confrontação generalizada pela sobrevivência.

Verifica-se, assim, uma autêntica tendência da humanidade para o mar, a que convém estar muito atento num país marítimo por excelência como o nosso, e de que é exemplo frisante o caso de uma potência tradicionalmente continental, como a URSS, se ter voltado espectacular e decisivamente para o mar, pondo de pé uma Marinha de Guerra de primeira grandeza e munindo-se das maiores Marinhas de Pesca e Científica Mundiais, e da quinta Marinha Mercante, através da qual, pela prática de fretes mais baratos (subsidiados) tenta, no

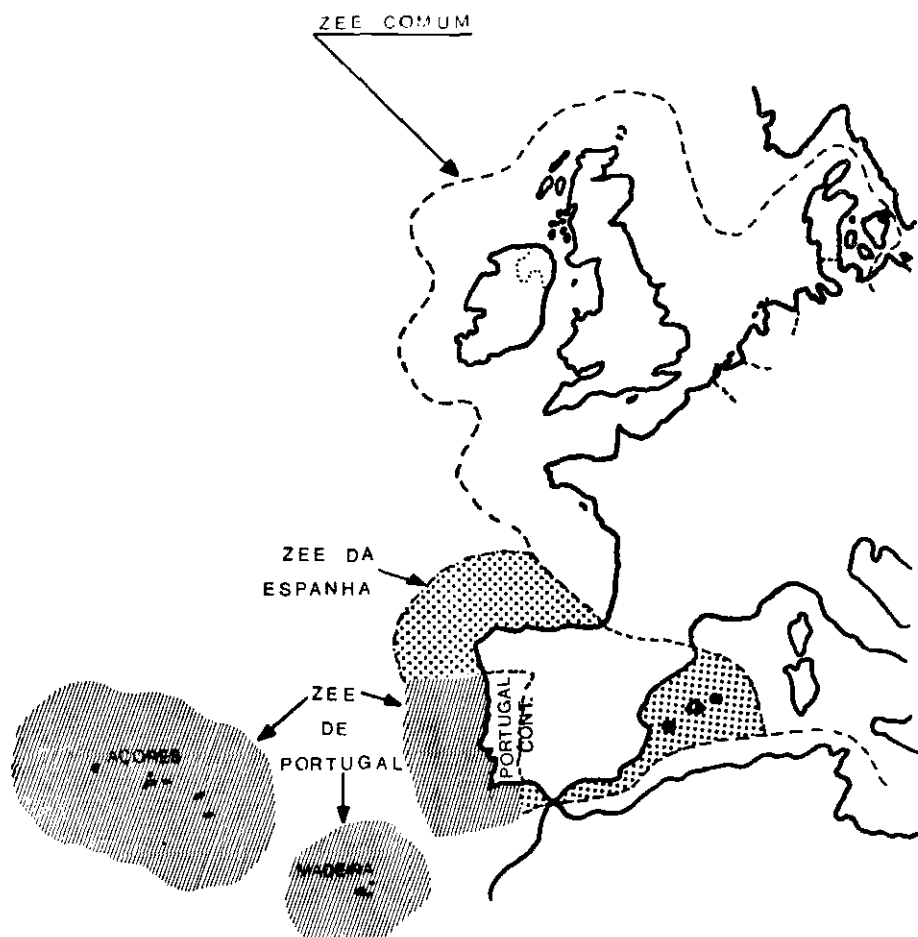
mínimo, monopolizar os transportes marítimos dos países em desenvolvimento.

Quanto ao nosso país, que acaba de se decidir pela promulgação da sua Zona Económica Exclusiva, convém lembrar que esta constitui uma parcela muito importante e quiçá inseparável do futuro «Mar do Mercado Comum», conceito este que começa a ser ventilado (inclusive quanto à necessidade de se coordenar a sua vigilância e fiscalização). Tendo em consideração que a Europa poderá encontrar resposta no seu Mar Comum para a redução, que afincadamente procura, das suas dependências do exterior (o caso do petróleo do Mar do Norte é um exemplo), uma análise do mapa que se junta faz pensar que talvez a CEE não esteja afinal tão desinteressada na nossa associação, como pretenderá fazer crer.

O Mar representa muito para o futuro da humanidade. No número de Julho de 1977 da «Révue Maritime», pode ler-se no intróito do artigo «La Mer Et Les Nations»: «Estamos nós no dealbar de uma civilização predominantemente marítima? Parece bem que sim, dado que o mar vai desempenhar na vida das nações e dos homens um papel sem precedentes nas próximas décadas, fornecendo uma parte importante da alimentação, pela pesca industrial e pela aquicultura, contribuindo para a produção de energia, constituindo um vasto reservatório de matérias-primas, e sendo enfim o lugar privilegiado da Defesa, com o advento dos submarinos nucleares lança-mísseis».

Conforme se referiu, num Cenário de Estratégia Indirecta são importantes e prioritários os meios militares (principalmente os terrestres e os aéreos) que contribuam para a manutenção de um clima de confiança propício ao investimento e ao trabalho, que dissuadam intervenções atentórias da legitimidade democrática, da independência nacional e da integridade territorial do país. São, contudo, também importantes, embora de prioridade mais baixa, os meios militares que visam o apoio e a protecção das actividades e dos interesses económicos da nossa ZEE, os que garantam o funcionamento das comunicações marítimas e a protecção da pesca longínqua. Por outro lado, Portugal, aliás como sucede com a generalidade dos países ocidentais — onde a dependência do mar e dos transportes marítimos ditou que mais de 70 por cento das populações, e os mais importantes centros industriais, nós rodoviários, ferroviários e aéreos se situem a menos de 50 km do litoral — tem concentrados na costa os seus principais objectivos estratégicos, o que constitui uma importante vulnerabilidade, acentuada pelo facto de à distância de surpresa deles poderem transitar legalmente meios aero-navais de qualquer potência. Por outro lado, o mar Português é uma espécie de solução de continuidade para os mares de países com costas atlânticas e mediterrânicas, como a Espanha e a França. Por tudo o referido, existe a necessidade de se estar presente no mar económico e no mar territorial, e de se montar

MAR DA CEE



um sistema de vigilância e de defesa da Fronteira Marítima, a qual parece mais vulnerável do que a Terrestre, não apenas porque esta terá tendência a perder sensibilidade com o processo de integração europeia, mas também porque aquela é uma fronteira com todos os países, logo com maior probabilidade de gerar maior número de conflitos. A Fronteira Marítima portuguesa, acentue-se, faz ainda parte da Fronteira Marítima da própria Europa, e a sua posição geográfica confere-lhe particularíssima relevância.

A possibilidade, que deve estar sempre presente nos espíritos, de numa situação de crise poder verificar-se um perigoso aumento de tensão de ruptura entre o Continente e as Ilhas, obrigará a pensar na conveniência de se dispersar o Poder Militar pelas três parcelas do território nacional (estratégia conhecida particularmente por «evitar pôrem-se todos os ovos num único cesto») e pelo mar, meio ideal para preservar uma espécie de segunda capacidade de dissuasão e de intervenção para uma eventual recuperação da integridade territorial, sem recurso exclusivo a apoio externo, que pode ser negado, ou aplicado de acordo com os interesses que poderão não ser coincidentes com os nossos. É evidente que a estratégia preconizada pressupõe ainda uma capacidade mínima de transporte aéreo e marítimo militar.

Reflexões sobre o poder naval ()*

Não se estranhará por certo que se aborde o tema de Poder Naval num país de raízes físicas e culturais marítimas, com uma posição estratégica de que o elemento predominante é o mar, com uma Zona Económica Exclusiva de área 18 vezes superior à do seu próprio território, e em que o mar constitui, para além de uma esperança de futuro melhor, um elo vital de ligação interterritorial.

Continuando a Aliança Atlântica a corresponder ao seu principal propósito de contribuir para a paz e para a liberdade (frise-se que poucos ousarão garantir que, sem a sua existência, pudesse continuar hoje a manifestar-se, por exemplo, a neutralidade da Suíça ou da Suécia, ou mesmo a via autónoma da França), e sendo à sombra do seu escudo dissuasor que tem sido viável o rumo à integração europeia, facilmente se compreende ter lógica a presença de Portugal na NATO, uma vez que se trata de um país de raiz europeia e atlântica que pretende o seu ingresso na CEE. Por isso se entende que deve contribuir-se honestamente, embora apenas dentro das nossas reais possibilidades, para

(*) Consideram-se como contribuindo para o Poder Naval os meios aéreos, embarcados e baseados em terra, com capacidade específica para actuar nos teatros de operações marítimos, no âmbito da Estratégia Marítima.

o esforço comum de defesa, justificando-se, portanto, a preocupação do Plano Naval com a aquisição em devido tempo de 3 novas fragatas e de um pequeno trem naval destinado a combater a ameaça de minas, visando ambos os tipos de navios, juntamente com os aviões de patrulha marítima de longo raio de acção a receber pela Força Aérea, concorrer para a manutenção em funcionamento das rotas marítimas e dos portos vitais para o país e para os seus aliados. Por outro lado, mal estaria que não acompanhássemos de perto o progresso da tecnologia e da arte naval, que a participação na NATO nos assegura (uma vez que não temos nem investigação científica nem indústria adequada) sem o que deixaríamos de poder honrar as nossas tradições marítimas, obrigando a que outros países (entre eles a Espanha, caso venha a entrar na NATO) pudessem vir a executar nas nossas águas e com os seus meios as tarefas que nos competem, e perdendo ainda a credibilidade de que necessitamos para que os nossos presentes e potenciais clientes de ciência naval nos procurem para os iniciarmos nas artes do povo que um dia viram chegar do mar.

Opróprio General Beaufre, conhecido teórico da Estratégia Indirecta, reconhece no seu livro «Strategie pour Demain» o mar como o meio ideal para o desenvolvimento da estratégia de dissuasão nuclear e convencional (nota-se aqui convergência dos seus pontos de vista com os dos estrategistas norte-americanos e soviéticos, os quais, através da chamada política designada por «Shift Away From Land Wars», procuram fazer incidir no mar as maiores probabilidades de ocorrência de uma eventual guerra, transferindo para os submarinos grande parte da sua capacidade de dissuasão nuclear). Por outro lado, o General Beaufre reconhece as potencialidades únicas do Poder Naval no âmbito da política externa e dos conflitos limitados convencionais em que, segundo ele, os navios porta-aviões e de assalto anfíbio podem desempenhar um papel capital (convergência de pontos de vista com o conceito de Contrôlo do Mar — «Sea Control» — perfilhado pelas Marinhas de ambas as superpotências, e precisamente posto em prática com forças navais constituídas em redor de navios porta-aéreos e de assalto anfíbio, e de navios de apoio logístico móvel, forças essas que permitem marcar presença e intervir de imediato, quando necessário, para defesa dos seus interesses vitais, nas citadas regiões-charneiras do Globo).

Ora acontece que, ao contrário do que possa parecer, está também ao alcance de um pequeno país a constituição de forças de «Sea Control» (que podem igualmente ser utilizadas como Forças Navais de Instrução), através de um novo tipo de navio, já existente noutras Marinhas, designado por «Fast Combat Support Ship», que traduzimos por «Navio Rápido de Apoio Logístico e Operacional». Estes navios, com deslocamento que varia entre as 6000 e as 20 000 toneladas, com

velocidade da ordem dos 20 nós, podem efectuar reabastecimento no mar de sólidos e de líquidos (possibilitando assim maiores permanências de forças navais no mar) transportar, operar e manter uma pequena força de 3 a 5 helicópteros, ou de 2 aviões V/STOL (que podem efectuar operações de assalto anfíbio, de ataque a alvos de superfície e submersos, e desempenhar tarefas logísticas), transportar e desembarcar na praia algumas centenas de homens (fuzileiros, paraquedistas, ou comandos), e servir de navio-chefe de uma força naval, para o que dispõem das instalações apropriadas. São navios que congregam num só, embora modestamente, as funções de porta-aéreos, de navio anfíbio e de navio de apoio. O actual Petroleiro de Escolta «S. Gabriel», de 14 000 toneladas, e que terá que vir a ser substituído nos próximos anos, já hoje tem capacidade, embora limitada, para algumas das tarefas supracitadas, não parecendo portanto muito difícil, nem muito mais caro, imprimir ao seu eventual substituto a capacidade de «Fast Combat Support Ship». Isto proporcionaria ao Poder Militar a constituir a concretização da atrás citada segunda capacidade de dissuasão e de intervenção, e contribuiria para conferir à Marinha a capacidade e correspondente credibilidade profissional necessária para atrair os potenciais compradores de arte naval.

A presença, a vigilância e a fiscalização das águas jurisdicionais portuguesas, principalmente da Zona Económica Exclusiva (ZEE), implica o emprego de meios navais e de meios aéreos de índole marítima, cuja posse, pelo inegável interesse económico da sua utilização, não pode mais ser considerada como mero fardo orçamental. É claro que qualquer navio de guerra ou avião militar, em trânsito no desempenho de outras missões, se ocupa também da missão de vigilância e de fiscalização a título esporádico. Mas a grande importância económica da missão em apreço justifica plenamente que lhe sejam afectos meios específicos, em tempo total. Para se dar um exemplo, a Marinha da Noruega, também a braços com a vigilância de vasta ZEE, onde dispõe de importantes pesqueiros e de instalações de prospecção e extracção de hidrocarbonetos, recorreu de imediato ao fretamento de alguns arrastões de 500 toneladas de deslocamento, bem equipados para o desempenho da missão pretendida, e está desde já a construir uns sete novos navios para o efeito, de cerca de 2000 toneladas, dispondo de 1 helicóptero, de artilharia ligeira e de instalações para combate a incêndio e à poluição. Visto tratar-se de unidades que terão de permanecer largo tempo em mar duro, como é o caso do nosso, não se deverá pensar em pequenos navios patrulhas para o desempenho da missão. Quanto ao helicóptero embarcado, ele é indispensável para estender o raio de vigilância dos navios e para proceder a tarefas de reconhecimento à distância e de salvaguarda da vida humana no mar. Convém aqui lembrar que, helicópteros operando a partir de terra não se afastam em regra para além de 50 mi-

lhas da costa, pelo que, como o limite da ZEE vai até às 200 milhas, só resolveriam parcialmente o problema. Em linhas gerais, o esquema de vigilância envolve o emprego de aviões de patrulha marítima de longo raio de acção (normalmente capazes de varrer com radar uma área de cerca de 20 000 milhas quadradas por hora, contra cerca de 5000 dos helicópteros e cerca de 800 dos navios de superfície) que efectuam com regularidade operações de vigilância de malha larga, com o objectivo de detectar presenças de navios suspeitos de se encontrarem em contravenção; se tal se verificar, são então destacados navios com o objectivo de, no local, procederem a uma fiscalização mais cuidada, ao rastreio e observação das actividades dos suspeitos e, se necessário, ao envio para bordo deles de equipas especiais destinadas à inspecção, ou ao apresamento, se tal se justificar. O avião de patrulha marítima de longo raio de acção e o navio de guerra completam-se assim, uma vez que aquele não pode desempenhar-se de todas as tarefas da missão de soberania, e este apresenta uma taxa de cobertura mais baixa.

Conforme se verifica, a missão em questão terá de ser desempenhada por navios de guerra e por meios aéreos com capacidade marítima que, entre nós, pertencem à Força Aérea. Do interesse nacional decorrem prioritariamente preocupações de máxima economia compatível com uma eficácia aceitável, donde se impõe que se coordenem os esforços a desenvolver na Zona Económica Exclusiva pelos meios das duas Corporações, dependendo o esquema a adoptar da reestruturação dos Comandos a efectuar, a qual terá certamente em conta o facto de que o «Mare Nostrum» Económico é um Teatro de Operações marítimo.

Quanto à vigilância e à defesa da Fronteira Marítima, que se reputam de essenciais, o caso é menos claro, uma vez que obriga a actuar em três meios distintos — em terra, no ar e no mar. Assim, enquanto que às Forças Terrestres caberá a vigilância visual e radar do litoral e dos portos (com a cooperação das chamadas Forças Paramilitares) e a defesa anti-aérea e a operação de baterias de defesa costeira com artilharia e/ou mísseis, à Força Aérea caberá a vigilância e a defesa contra ameaças de aviões e de navios de superfície, e à Marinha a vigilância e a defesa contra ameaças de navios de superfície, de submarinos, de mergulhadores e de minas, tanto por meio de unidades navais, como de instalações fixas e móveis de defesa de portos. No mínimo, parece ser de exigir-se uma coordenação, ao nível de Regiões Terrestres, Marítimas e Aéreas, quanto a Informações e a Operações. Por tal, muito conviria que as áreas geográficas daquelas Regiões fossem coincidentes.

Uma Política de Defesa Militar necessitaria portanto de considerar, a médio prazo, um Poder Naval com capacidade mínima para

o desempenho de missões de Defesa das Comunicações Marítimas nacionais (e eventual empenhamento em idêntica missão da Aliança Atlântica em caso de necessidade), de Contrôlo do Mar (compreendendo Presença, Dissuasão e Intervenção no Teatro de Operações Marítimo Nacional), de Apoio às Actividades Económicas no Mar, de Vigilância Marítima, e de Carácter Diplomático.

Saliente-se queas Missões Navais de Carácter Diplomático, ultrapassando o âmbito da Estratégia Marítima, para dependerem da Política Externa do País, são possíveis pela flexibilidade ímpar do Poder Naval, nela se compreendendo por exemplo visitas julgadas necessárias a comunidades portuguesas no estrangeiro e a países de língua portuguesa, e assistência naval a países eventualmente interessados em colher ensinamentos da nossa experiência marítima.

Virgílio de Carvalho

Capitão de Mar-e-Guerra

Professor do Instituto Superior Naval de Guerra